



**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal em Apelação Cível nº 330132-2

Agravante: Banco Itauleasing S/A

Agravado: Murilo Sarinho Silva

Relator Substituto: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: AGRAVO LEGAL PREVISTO NO ART. 557, §1º DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO APELO. CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. COBRANÇA DE TARIFAS. INVIABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. "A cobrança da TAC e da TEC é permitida, apenas se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008. Permanece válida, todavia, até os dias atuais, a Tarifa de Cadastro, prevista expressamente na Tabela anexa à referida Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira." (Resp. 1.251.331, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013), mediante rito repetitivo.

1.1. Com efeito, nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) tem-se válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC).

1.2. Hipótese em que o contrato teve início em setembro de 2010, como indicado nos documentos acostados, resultando como indevida a taxa - TAC.

3. Os Ressarcimentos de Serviços de Terceiros, do Gravame Eletrônico e do Registro de Contrato, assim como a Tarifa de Cadastro, tratam-se de custos relativos à atividade da instituição financeira, que não podem ser transferidos para o consumidor. Ai está, portanto, a razão de sua ilegalidade.

3.1. É abusiva a cobrança de taxas que não representam prestação de serviço ao consumidor, servindo apenas como estratégia para redução de riscos da atividade do fornecedor.

3.2. No mesmo Recurso Especial repetitivo, a Relatora declara a nulidade e afasta a cobrança de quaisquer tarifas e/ou taxas para fins de reembolso de despesas administrativas tidas pelas instituições financeiras com a concessão de financiamento.



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

142
M

4. Recuso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Agravo legal nº 330132-2, em que figura como agravante Banco Itaúleasing S/A e como agravado Murilo Sarinho Silva, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 4ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em negar provimento ao recurso, na conformidade do relatório e voto, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este aresto.

Recife, 29.05.14
Marcio Aguiar
Juiz Márcio Aguiar
Relator Substituto



143
R

4ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal em Apelação Cível de nº 330132-2

Agravante: Banco Itaú Leasing S/A

Agravado: Murilo Sarinho Silva

Relator Substituto: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO:

É o presente agravo legal previsto no art. 557, § 1º do CPC, interposto contra decisão monocrática que negou de seguimento ao apelo interposto pela instituição financeira agravante com lastro em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

De saída, entende o agravante não haver demonstração de que o recurso de apelação apresente-se manifestamente improcedente ou em confronto com jurisprudência dominante do Tribunal Superior.

No mais, rebate os fundamentos da monocrática sob a linha argumentativa da ausência de abusividade das cobranças de tarifas porquanto estabelecidas no contrato firmando entre as partes e autorizadas pelos órgãos reguladores havendo, inclusive, entendimento jurisprudencial no sentido de reconhecer a viabilidade das mesmas quando não consubstanciada a onerosidade excessiva.

Pretende, nessa linha, o juízo de retratação ou, eventualmente, a reforma, em mesa, da decisão monocrática para fins processamento do apelo.

É o relatório, no essencial.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

“DECISÃO TERMINATIVA:

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Itauleasing S/A, que, nos autos da Ação Revisional de Cláusulas Contratuais Bancárias e Compensação do Indébito c/c Danos Morais, julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados, de forma a condenar a instituição financeira demandada na devolução, na forma dobrada, das cobranças reconhecidas nesta decisão como indevidas, ilegais, abusivas, quais sejam: Tarifa de Cadastro, Ressarcimento de Serviços de Terceiros, de Gravame Eletrônico e de Registro de Contrato sobre tal importância devem incidir juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pela tabela ENCOGE, desde a data da celebração do contrato.

mf



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Além disso, condenou autor e réu, tendo em vista a sucumbência recíproca, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de 5%(cinco por cento) sobre o valor da condenação.

Inconformado com as disposições contidas no *decisum*, o réu interpôs o presente recurso, alinhando, basicamente, a legalidade das tarifas contratadas (Tarifa de Cadastro, Ressarcimento de Gravame Eletrônico, Ressarcimento de Registro de Contrato, Ressarcimento de Serviços de Terceiros), assim como, a inaplicabilidade da devolução em dobro dos valores pagos a este título.

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso para que seja reformada a sentença em sua totalidade.

Contrarrazões às fls. 104/109.

É o que, em suma, importa relatar.

Examino:

É forçoso reconhecer, primeiramente, que a matéria de mérito posta ao Colegiado deverá ser julgada nos moldes do art. 557 do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

Em linhas gerais, pretende o Banco apelante reformar a sentença proferida às fls. 76/78 alegando não existir impedimento legal que obste a cobrança das taxas e encargos reclamados na inicial na medida em que devidamente previstas no contrato firmado entre as partes.

Compulsando os autos, pode-se perceber que o objetivo do autor, firma-se na devolução de valores pagos por si referentes a tarifas que entende indevidas.

Quanto à Tarifa de Abertura de Cadastro ou Tarifa de Cadastro, o Superior Tribunal de Justiça, através do julgamento do Resp. 1.251.331, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013), mediante rito repetitivo dirimiu a questão, a saber da síntese do voto:

"Em síntese, retifico, em parte, a fundamentação de meu voto no REsp 1.270.174/RS, para concluir que desde 30.4.2008, data do início da eficácia da Resolução CMN 3.518/2007 e respectiva Tabela I da Circular BACEN 3.371/2007, não mais é jurídica a pactuação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC, TEB ou qualquer outra denominação dada ao mesmo fato gerador) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC ou qualquer outro nome conferido ao mesmo fato gerador que não seja o da Tarifa de Cadastro). A cobrança da TAC e da TEC é permitida, portanto, apenas se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008. Permanece válida, todavia, até os dias atuais, a Tarifa de Cadastro, prevista expressamente na Tabela anexa à referida Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira." (g.n.).



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3

145
A

Com efeito, nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) tem-se válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC).

Na espécie, se o contrato teve início em setembro de 2010, como indica o autor nos documentos por ele acostados, resulta como indevida a taxa - TAC.

Os Ressarcimentos de Serviços de Terceiros, do Gravame Eletrônico e do Registro de Contrato, assim como a Tarifa de Cadastro, tratam-se de custos relativos à atividade da instituição financeira, que não podem ser transferidos para o consumidor. Aí está, portanto, a razão de sua ilegalidade.

É abusiva a cobrança de taxas que não representam prestação de serviço ao consumidor, servindo apenas como estratégia para redução de riscos da atividade do fornecedor.

No mesmo Recurso Especial acima citado, a Ministra Maria Isabel Gallotti declara a nulidade e afasta a cobrança de quaisquer tarifas e/ou taxas para fins de reembolso de despesas administrativas tidas pelas instituições financeiras com a concessão de financiamento.

Aduz o recorrente, igualmente, a inexistência de má-fé da sua parte a embasar a devolução dos valores cobrados indevidamente na forma dobrada.

O parágrafo único do art. 42 do CDC, dispõe que "O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".

Primeiramente, saliente-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a aplicação da penalidade imposta no supramencionado dispositivo legal pressupõe a ocorrência de má-fé (dolo) ou culpa (erro injustificável) do fornecedor de produtos ou serviços:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORTE. ILEGALIDADE. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. COBRANÇA INDEVIDA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. CDC. POSSIBILIDADE. ERRO INJUSTIFICÁVEL. PRECEDENTES DO STJ. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) 2. As Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que "O engano, na cobrança indevida, só é justificável quando não decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta do fornecedor do serviço" (REsp 1.079.064/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 20/4/09). 3. Não há falar em erro justificável na hipótese em que a cobrança indevida ficou caracterizada em virtude da inexistência de débito. (...)". (STJ. AgRg no Ag 1417605/RJ, Rel. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 15/12/2011).

mf



146
M

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. COBRANÇA INDEVIDA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ERRO JUSTIFICÁVEL E REDUÇÃO DO PERÍODO RECONHECIDOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. As Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram orientação no sentido de que "o engano, na cobrança indevida, só é justificável quando não decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta do fornecedor do serviço" (REsp 1.079.064/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, Dje de 20/4/09). (...) (STJ. AgRg no REsp 1255094/MS, Rel. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 17/11/2011).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA INDEVIDA. REPETIÇÃO EM DOBRO. CDC. POSSIBILIDADE. ERRO INJUSTIFICÁVEL. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. As Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que "O engano, na cobrança indevida, só é justificável quando não decorrer de dolo (má-fé) ou culpa na conduta do fornecedor do serviço" (REsp 1.079.064/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, Dje 20/4/09). (...) (STJ. AgRg no REsp 1221844/RJ, Rel. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 18/08/2011).

In casu, tenho que restou configurada a abusividade da conduta do banco apelante, posto que aplicou na cobrança dos débitos do autor taxas e tarifas referentes a ressarcimento de custos relativos à sua própria atividade, cobrança esta sabidamente vedada pelos tribunais superiores, não se mostrando como um mero "engano justificável".

Isto posto, nego provimento ao recurso de apelação, porquanto manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mantendo-se a sentença recorrida inalterada em todos os seus termos (art. 557, caput do CPC).

Findo, in albis, o prazo recursal, retornem os autos ao juízo de origem.

Publique-se.

Recife, 29 de abril de 2014.
Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado"

mf

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a parte agravante, em suas razões, elemento apto modificar o posicionamento adotado pela Relatoria Convocada.



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Importante salientar que o relator do processo está autorizado a realizar o julgamento liminar do recurso, desde que presente um dos requisitos constantes no art. 557, caput, do CPC.

A aplicabilidade do supracitado dispositivo, incentivada com a reforma processual, vem destacar os princípios da economia e da celeridade processuais, prestigiando os precedentes jurisprudenciais.

O STF, inclusive, vem firmando seu entendimento no sentido de que julgamento liminar pelo relator não ofende a princípios constitucionais, reconhecendo a legitimidade do Relator prover ou negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, e, ainda, quando contrariar a jurisprudência predominante do Tribunal local ou Superiores.

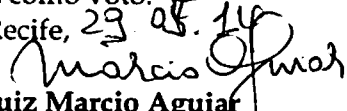
Neste sentido, segue ementário:

“Não ofende os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, o disposto no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei nº 9.756/98. Precedentes: AGRAG 182440, rel. Min. Sidney Sanches, DJ 13-08-1999 e AGRMI-595, rel. Min. Carlos Velloso, DJ 23-04-1999. Agravo regimental improvido. RE 226217 AgR / SP - SÃO PAULO , AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, Relator Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, Julgamento: 22/06/2001)

No caso, como posto na decisão, a Relatoria louvou-se no recurso repetitivo do do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que: “desde 30.4.2008, data do início da eficácia da Resolução CMN 3.518/2007 e respectiva Tabela I da Circular BACEN 3.371/2007, não mais é jurídica a pactuação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC, TEB ou qualquer outra denominação dada ao mesmo fato gerador) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC ou qualquer outro nome conferido ao mesmo fato gerador que não seja o da Tarifa de Cadastro). A cobrança da TAC e da TEC é permitida, portanto, apenas se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008. Permanece válida, todavia, até os dias atuais, a Tarifa de Cadastro, prevista expressamente na Tabela anexa à referida Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.”

Isto posto, o meu voto é improvendo o presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

É como voto.

Recife, 29.05.14

Juiz Marcio Aguiar
Relator Substituto